

# Ambiente Comunidades à beira do rio Trombetas, no Pará, extraem óleo de copaíba e vendem para multinacional suíça

## ‘Floresta em pé’ vira negócio para quilombolas

**Daniela Chiaretti**  
De Oriximiná (PA)

Amanhece tarde nas comunidades quilombolas de Oriximiná. O descompasso com a natureza nas pequenas vilas é um tom fora da curva neste canto do Brasil de Amazônia exuberante — tem a ver com ajustes de horários feitos para economizar energia no país e não pelo tempo do Sol e da Lua. Tem gente que mantém a “hora do Lula” no relógio, como eles dizem, e outros que preferem “a hora de Deus”. Neste lado do noroeste paraense, onde a natureza comove de tão preservada, surgem experiências inovadoras que buscam conectar a economia da floresta com a economia da cidade.

É assim, por exemplo, que quilombolas que vivem às margens de lagos paradisíacos no rio Trombetas, a dez horas de barco da cidade mais próxima, Oriximiná, tiram do clichê a expressão “dar valor à floresta em pé”. Estão vendendo óleo de copaíba para a Firmenich, multinacional suíça com operações em mais de 60 países e faturamento global de US\$ 3 bilhões ao ano. Quando o projeto começou, em 2012, até hoje, o preço do quilo do óleo de copaíba subiu 90%. O copaiabeiro recebia R\$ 12, hoje ganha R\$ 30.

Em pouco mais de um ano, os extrativistas de Oriximiná entregaram mais de três toneladas de óleo para a Firmenich. Tornaram-se o segundo fornecedor na rubrica “comunidade” da empresa. E não só os quilombolas se beneficiam dos resultados de sua primeira experiência de venda coletiva de um recurso florestal. O mercado local, restrito a um ou dois compradores em Oriximiná, também teve que reajustar seu preço para não ficar sem produto.

A iniciativa nasceu para garantir renda sustentável aos extrativistas, de forma que a floresta sobreviva à pressão de madeireiros e da pecuária ilegal, duas das ameaças mais frequentes, quebrando um ciclo ambiental e socialmente perverso.

Quem faz a ponte entre recursos florestais, que os brasileiros de fora da Amazônia desconhecem, e o mercado cada vez mais curioso por novos produtos não madeireiros da floresta, é uma ONG de Piracicaba, município do interior de São Paulo, o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). “Há alguns anos tivemos uma demanda das comunidades por renda sustentável”, conta o biólogo e mestre em ecologia aplicada Leo Eduardo de Campos Ferreira, 31 anos, pesquisador do Imaflora.

“A gente discutia alternativas de renda com a juventude”, afirma Francisco Hugo de Sousa, presidente da Cooperativa Mista Extrativista dos Quilombolas de Oriximiná, a Ceqmo, uma das fortes associações de cerca de 10 mil quilombolas que vivem na região, agrupados em 35 comunidades.

Foi assim que surgiu a ideia de mirar nas cadeias de negócios da castanha (o produto mais importante dos extrativistas de Oriximiná), da copaíba (fundamental para algumas comunidades) e tentar introduzir os produtos quilombolas na merenda escolar da região, cadastrando extrativistas para a venda. As crianças têm fartura de peixes, mandioca, pupunha ou batata-doce em frente de casa, mas na merenda recebem salsicha e almôndegas enlatadas. “Não faz nenhum sentido”, diz Sousa.

A Calha Norte do Pará, como é conhecida a região, corria forte risco de desmatamento. “É a região mais preservada do Estado”, diz José Risonei Assis da Silva, analista ambiental no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Por isso mesmo, muito cobiçada pelas madeireiras.

Ali está o maior mosaico de áreas protegidas do mundo: mais de 20 milhões de hectares de unidades de conservação estaduais, federais e de terras indígenas. “É um mapeamento importantíssimo de unidades de conservação, mas a Calha Norte era um lugar que corria risco com o avanço do desmatamento e do cultivo da soja, um filé para a exploração ilegal”, diz Ferreira, que coordena o projeto do Imaflora. “Queríamos criar no en-

torno um movimento de desenvolvimento sustentável que pudesse fazer frente aos inúmeros assédios de uso ilegal dos recursos que os quilombolas sofrem.”

Construir a logística entre descendentes de escravos, que no século XIX fugiram de fazendas em Óbidos, Santarém e Alenquer, e a Firmenich não é tarefa fácil. “A região possui contexto extremamente diverso e complexo”, diz Ferreira. A dificuldade começa pelo tamanho da região. Oriximiná é o segundo maior município do Pará, grande como o Estado de São Paulo, duas vezes e meia o Rio, maior que Dinamarca ou Portugal. “Não temos como fazer a gestão de uma área dessa dimensão sem parcerias e articulações com ONGs e órgãos públicos”, diz Risonei, que também é o chefe da Floresta Nacional Saracá-Taquera (Flona) e da Reserva Biológica do Rio Trombetas (Rebio), onde estão muitas comunidades quilombolas.

Embora a primeira titulação coletiva de terra de quilombo tenha ocorrido em Oriximiná, muitas comunidades não têm título e lutam para conseguir. O complicado é que várias delas estão sobrepostas às unidades de conservação, como ocorre no Brasil todo.

Pela legislação, florestas nacionais são áreas da União que permitem atividades econômicas e presença de populações tradicionais, mas reservas biológicas são muito mais restritivas, voltadas à pesquisa científica e à preservação integral, não permitem gente morando lá dentro. “Já estávamos aqui muito tempo antes de o governo criar a reserva”, reclama Clea de Jesus dos Santos, da comunidade Último Quilombo, na Rebio. Estimase que sejam 200 famílias dentro da Flona e outro tanto na Rebio. A falta de regularização deixa os quilombolas mais vulneráveis e dificulta o acesso às políticas públicas.

Foi assim que nasceu o projeto Florestas de Valor do Imaflora, um esforço de organizar e fortalecer as cadeias de produtos florestais não madeireiros, disseminar a agroecologia e conservar a floresta em três regiões do Pará — Calha Norte do rio Amazonas, Terra do Meio e em São Félix do Xingu. O projeto, que conta com R\$ 3,5 milhões de patrocínio da Petrobras desde 2013, conecta extrativistas e empresas na lógica do mercado ético.

O óleo de copaíba pareceu uma alternativa interessante. As comunidades têm tradição de coleta, a extração não era difícil. “A gente sempre usou o óleo como remédio, é bom para desinflamar”, diz Zézinho Pires, 75 anos, no quilombo do Curuçá-Mirim. “No período antigo, tirava-se o óleo com machado, praticamente matava a árvore. Hoje se aproveita a copaíba toda.”

“Comecei a mexer com copaíba com 17 anos, quando era R\$ 1 ou R\$ 5 o litro. Agora todo o pessoal tira. A copaíba melhorou muito a vida da gente”, conta Idelson de Jesus, 24 anos, mencionando ainda políticas sociais, como Bolsa Família e Bolsa Verde, um reconhecimento para quem preserva a floresta. Ao seu lado está Madson Farias, 17 anos. “Aprendi com os mais velhos. Vou junto tirar.”

As copaibas estão dentro da mata. A região, com a Flona Saracá-Taquera de um lado do Trombetas, e a reserva biológica do outro, é um pedaço do paraíso. O rio é calmo feito lago. Botos em duplas se exibem diante dos pequenos barcos, jacarés enormes mergulham sem pressa, há garças de asas azuladas nas margens, ara-



Arco-íris no Último Quilombo, pedaço do paraíso no noroeste paraense: quilombolas lutam pela titulação de terras



Cozinha comunitária no quilombo Curuçá: a valorização do óleo de copaíba atrai também os mais jovens e os fixa à terra

raz voam aos pares.

“As copaibas eram mais perto, antes não tinha o mercado que tem agora, a gente achava fácil tirar as árvores”, conta Antonio Marcos Salgado, o “Marquinho”, 43 anos, há 20 trabalhando com copaibas. Ele vive na comunidade do Curuçá-Mirim com outras 22 famílias. “Quanto mais o preço sobe, mais tem concorrência. Queremos que o preço aumente, mas falta o manejo para termos controle da produção”, diz. “Se o óleo acabar, não adianta.”

O óleo é extraído da copaiabeira com um instrumento que parece um grande saca-rolhas, o trado.

Os quilombolas fazem um furo no tronco da árvore e o óleo começa a escorrer. “A média, quando vai para o mato, é tirar dois litros. Eu, mais o parceiro, achamos duas árvores que cada uma deu 30 litros, mas é muito raro isso. Teve uma copaiabeira que deu 72 litros”, conta Marquinho.

Os homens saem em grupos para dentro da floresta. Caminham o dia todo até a região onde sabem que estão as árvores e ali montam acampamento. Depois saem em duplas, carregando espécies de galões, que chamam de carotes. Quando encontram a copaíba, fazem o furo, extraem o óleo e de-

pois o fecham com um tipo de rolha, para o óleo não secar, a árvore descansar e produzir de novo. Mas tem quem deixe a copaíba aberta ou volte à árvore muitas vezes seguidas e causa danos. “A dificuldade que temos agora é controlar o povo para dar o tempo exato de a copaiabeira descansar”, diz Marquinho, que é o representante local do projeto do Imaflora.

É ele quem recebe o óleo dos extrativistas na comunidade, se responsabiliza por fazer o pagamento imediato dos colegas, embarca o óleo em Oriximiná para a Firmenich. O pagamento foi um dos pontos que teve que ser discutido.

Era um gargalo. A dinâmica da empresa é receber lotes grandes de produto, entre 400 a 500 quilos de óleo por vez. Os copaiabeiros têm que ir juntando a produção para atingir o volume necessário e enviar à empresa. Mas os extrativistas precisam receber o dinheiro na hora em que entregam o produto, não podem esperar.

“Isso era um problema, mas a empresa fez uma doação inicial de R\$ 10 mil, que funcionou como capital de giro para o processo e o negócio flui”, conta Ferreira. O Imaflora repassa o dinheiro sempre que os extrativistas pedem. Em mais algum tempo de organização do negócio, a ideia é que eles passem a gerir os próprios recursos.

A Firmenich usa enorme diversidade de ingredientes sintéticos e naturais que compra no mundo todo. É uma empresa química, no Brasil há mais de 60 anos, que tem como clientes as indústrias de alimentos, cosméticos, perfumes e produtos de limpeza. Seus aromas e fragrâncias vão parar em artigos tão diversos quanto um achocolatado, uma bolacha ou um xampu.

“Não entendemos sustentabilidade como filantropia”, diz o agrônomo André Tabanez, gerente de projetos relacionados a ingredientes naturais e sustentabilidade. A empresa está habituada a comprar ingredientes que vêm de comunidades no Egito, Madagascar, Haiti, Guatemala, além da Amazônia, e desenvolveu uma sensibilidade diferente para adquirir produtos de origens diversas e extraídas por pequenos grupos.

“É muito diferente comprar óleo de copaíba de uma comunidade quilombola no meio da floresta do que um óleo de laranja de uma empresa enorme que exporta para o mundo todo”, diz Tabanez. Ele explica que é preciso se envolver com a rastreabilidade do produto, conhecer o processo de extração e o ajustar aos padrões de qualidade da empresa.

“O objetivo é ter nosso consumo de óleo de copaíba principalmente produzido por comunidades. Este ano vamos atingir 50% do consumo vindo direto de comunidades no Amazonas e no Pará”, diz Tabanez. “Esse percentual só não é maior porque não achamos mais comunidades que possam fornecer para a gente”, afirma.

A alta de preço do óleo de copaíba atrai também os jovens quilombolas que perpetuam o conhecimento dos antepassados. A copaíba pode ser só o começo. Os quilombolas revelam potenciais inexplorados da Amazônia.

“Começamos a visualizar novos produtos que podem ter muito interesse para as indústrias”, diz Ferreira. É uma lista grande de nomes exóticos: semente de cumaru (usada localmente como remédio), breu (o branco é usado em cosméticos; o preto é usado localmente para vedar canoas), andiroba (óleo de uso cosmético e medicinal) e murumuru (cosmético). “Precisamos fazer muitos estudos para entender esses produtos e saber em quais é viável investir”, diz o pesquisador do Imaflora.

A geração de renda e os impactos sociais são os benefícios mensuráveis de iniciativas como a do projeto do óleo de copaíba montado pelo Imaflora com a Firmenich. As perspectivas são muito diferentes de anos atrás, quando os extrativistas trocavam um litro de óleo de copaíba por um litro de diesel, porque não tinham outra opção. Eles continuam a usar diesel, o que é assustador de um lugar tão preservado, mas o poder público ainda não se movimenta para criar alternativas limpas e renováveis de energia para quem vive em pontos remotos e isolados. Em compensação, a copaíba os libertou dos processos de troca. Os quilombolas, hoje, criam economia da floresta.

“Há também aquilo que não se pode medir, como ajudar a preservar a maior floresta tropical do mundo, serviços ambientais como geração de água, conservação da biodiversidade e regulação do clima”, diz Tabanez, da Firmenich. “Que valor isso tem?”

A repórter viajou a Oriximiná a convite do Imaflora

### Quilombolas de Oriximiná

No noroeste paraense vivem 35 comunidades de descendentes de escravos



Fontes: Imaflora, Comissão Pró-Índio.